



Fecomércio PE

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

Boletim Conjuntural
Fevereiro | 2017

Boletim Conjuntural

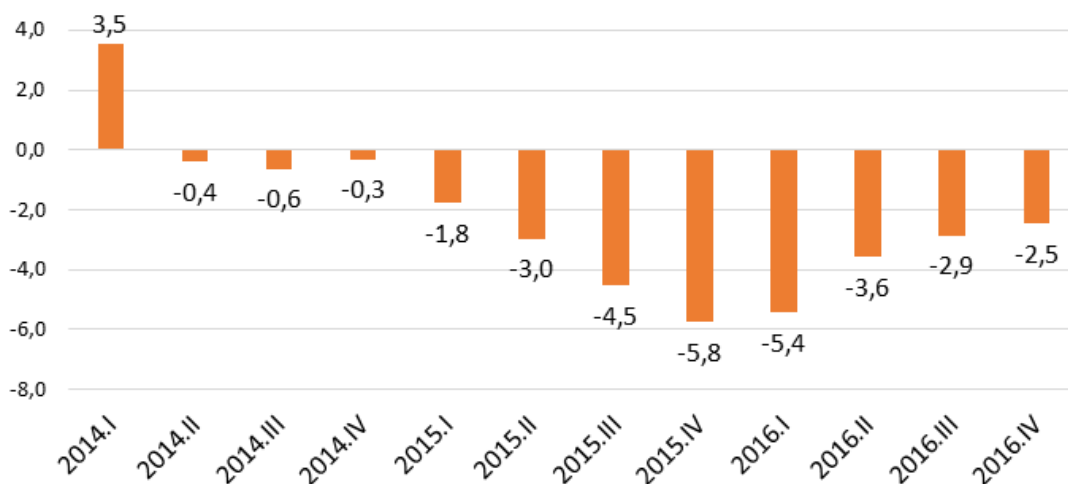
Fevereiro | 2017

1. CONJUNTURA NACIONAL

No último trimestre de 2016, o PIB do Brasil apresentou mais uma queda em relação ao mesmo período de 2015 (-2,5%, conforme **Gráfico 1**) que, embora menos intensa que as registradas nos trimestres anteriores, confirmou a retração de 3,6% no acumulado anual. Ressalta, no ano de 2016, o fato de que todos os setores econômicos apresentaram variação negativa, a saber: agropecuária, em -6,6%; indústria, com -3,8%; e serviços, variando -2,7%. Tal acontecimento, de queda generalizada dos grandes setores componentes do PIB, é inédito desde 1996, tomando como referência a série atualmente divulgada pelo IBGE.

No que concerne ao PIB sob a ótica da demanda, ou seja, a forma como a produção de bens e serviços foi absorvida por empresas, famílias e governo, verificou-se variação de -10,2% no investimento, quando se considera a absorção interna, e -10,3% nas importações, quando se acrescenta o setor externo na análise. O consumo da família, por sua vez, correspondendo a cerca de 64% do PIB, teve variação de -4,2%, tendo, portanto, um impacto significativo sobre o desempenho da economia.

Gráfico 1 - Brasil: variação trimestral do PIB a preços de mercado, em % - 1º Trimestre/2014 ao 4º Trimestre/2016 (base: mesmo trimestre do ano anterior)



Fontes: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE.

Contrapondo o desempenho da economia brasileira em 2016 ao verificado no ano anterior, enquanto em 2015 o declínio se aprofundava trimestre a trimestre, ao longo de 2016 ocorreu o contrário, com decréscimos cujo ritmo é de desaceleração: -5,4% no primeiro trimestre; -3,6% no segundo; -2,9% no terceiro; e -2,5% no quarto. No entanto, principalmente quando se tem em conta o efeito corrosivo da crise no campo social, que se manifesta pelo elevado desemprego, tal alento representa pouco para a grande maioria da população, embora – do ponto de vista de agentes econômicos – seja algo positivo ao apontar para possibilidades de encerramento do ciclo recessivo. O panorama se revela mais complexo quando se considera também a situação de fragilidade fiscal nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

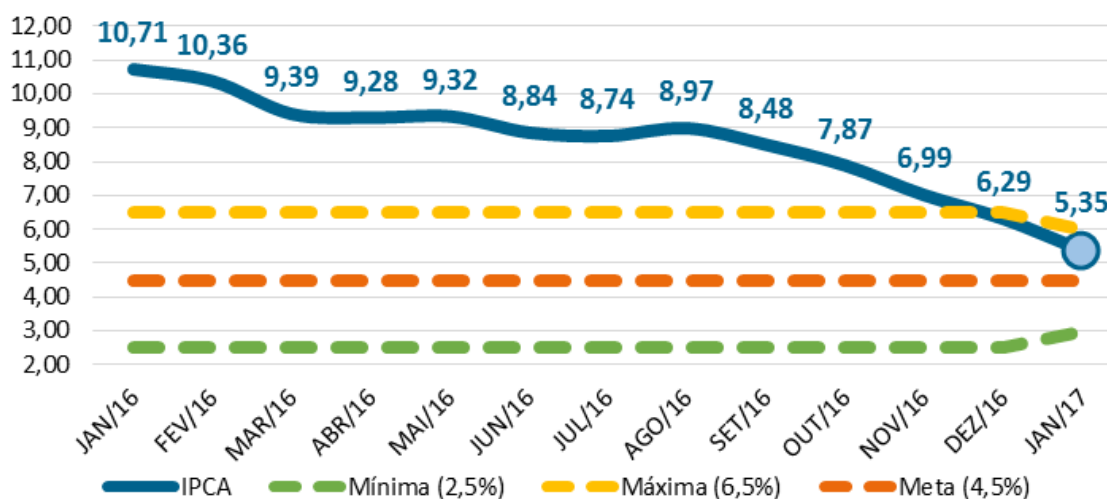
Ao longo processo de recessão se agrega uma frágil situação fiscal, que traz grande desconforto para governos e população, com consequências nocivas para o equacionamento da própria crise econômica. Maior deterioração da qualidade dos serviços públicos (decorrente de profunda crise fiscal), penalização de amplos segmentos sociais que enfrentam o desemprego e redução da massa salarial são efeitos amargos de recessões. Mas a grave situação fiscal do estado brasileiro pode, se não devidamente equacionada, contribuir para agravar o ambiente macroeconômico.

Retomada mais significativa da economia é algo esperado apenas para o segundo semestre de 2017, embora se alimentem esperanças de tímida retomada ainda no primeiro semestre deste ano. Portanto, o Brasil permanece enfrentando um quadro econômico desfavorável para o ambiente de negócios, e as atividades do comércio varejista – que seguem diretamente confrontadas com renda familiar ainda distante de recuperação e com considerável endividamento das famílias – têm destacada retração devido à extensão da crise.

Nesse contexto, é boa notícia a consolidação de uma trajetória de declínio inflacionário (ver **Gráfico 2**), o que pode contribuir para a retomada do consumo e de investimentos (o declínio da inflação deixa margem para o Banco Central persistir na rota de redução da taxa básica de juros, de forma continuada). De fato, conta-se com declínio inflacionário desde agosto de 2016. O índice oficial de inflação vem sofrendo continuada redução, desde então, considerando-se – em cada mês – o acumulado dos últimos 12 meses: 8,97% em agosto; 8,48% em setembro; 7,87% em outubro; 6,99% em novembro; 6,29% em dezembro; e 5,35% em janeiro deste ano. Portanto, a trajetória do IPCA vem convergindo para o centro da meta de inflação (4,5%) estabelecida pelo Banco Central.

Gráfico 2

Brasil: variação acumulada em 12 meses do IPCA, em % - Janeiro/2016 a Janeiro/2017



Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

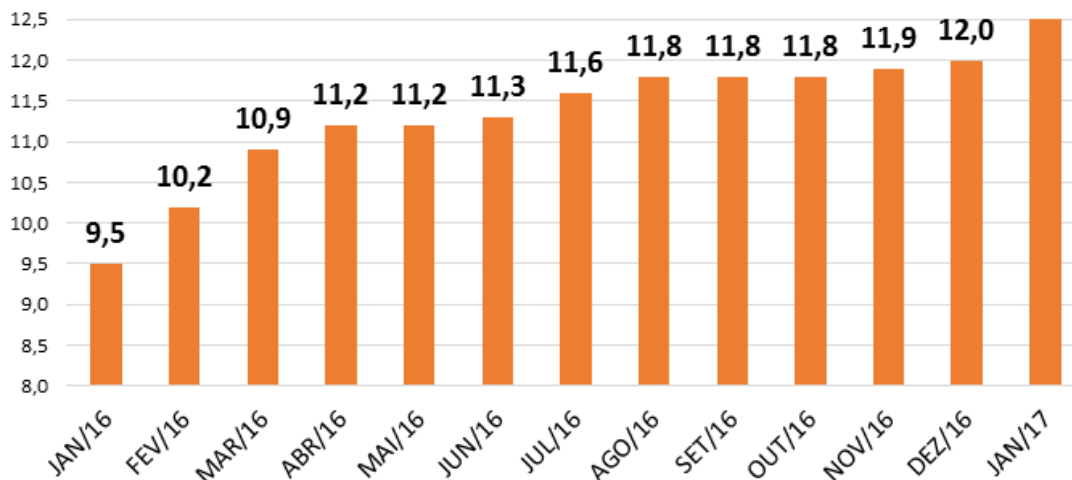
Por outro lado, mesmo em um ambiente de redução do ritmo de desaceleração econômica, associada com inflação em declínio, o mercado de trabalho permanece em processo de deterioração. Como é usual durante o ciclo econômico, na saída de uma recessão prolongada a recuperação do emprego só ocorre após consolidado o movimento de retomada, o que é ainda, do ponto de vista temporal, um evento incerto. Nesse sentido, ainda se observa um aumento do desemprego nos meses finais de 2016 (**Gráfico 3**). A taxa de desemprego das pessoas de 14 anos ou mais (IBGE/Pnad Contínua) cresce mês a mês desde janeiro do ano passado, tendo alcançado o patamar de 12,0% no último mês do ano. Em termos absolutos, esse dado representa um conjunto de aproximadamente 12,3 milhões de indivíduos. E no início de 2017 os sinais são de permanência da ampliação do desemprego: segundo a PNAD Contínua (IBGE),

a taxa de desocupação no país, no trimestre nov-dez/2016-janeiro/2017, dá mais um salto, para 12,6% – elevação de 3,1 pontos percentuais comparativamente ao mesmo trimestre móvel do ano anterior, novembro de 2015 a janeiro de 2016 (9,5%). O atual nível de desocupação se traduz em contingente de desocupados já muito próximo de 13 milhões de pessoas (12,9 milhões).

É um fato preocupante porque agrava mais ainda a situação social do país, inclusive ao criar um caldo de cultura favorável à violência, particularmente no que respeita aos chamados “pequenos crimes” (roubos e assaltos nas ruas e em equipamentos de transporte coletivo, o que vez ou outra redundam em latrocínio).

Gráfico 3

Brasil: taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais (média móvel trimestral), em %, Janeiro/2016 a Janeiro/2017



Fonte: PNAD-Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

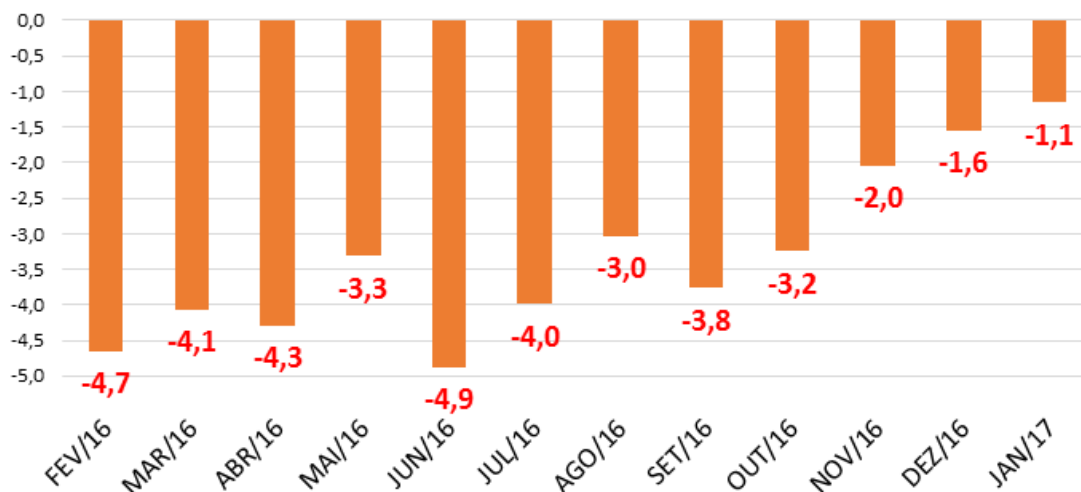
Nota: * Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Redução da massa salarial é decorrência imediata do alto desemprego e do agravamento da situação ocupacional do país (ver Gráfico 4) e, por consequência, do poder de compra das famílias. A massa real de salários sofreu, no trimestre encerrado em dezembro de 2016,

redução de valor de -1,1%, em contraposição ao registrado no correspondente período do ano anterior. Ademais, as variações desse agregado econômico são negativas em todos os meses de 2016, conforme tem sido assinalado nos Boletins Mensais da Fecomércio-PE.

Gráfico 4

Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral), em %
Janeiro/2016 a dezembro/2016 (base: mesmo trimestre móvel no ano anterior)



Fonte: PNAD-Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera os rendimentos de todos os trabalhos, habitualmente recebidos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Em síntese, a recessão prolongada contribuiu para reduzir ainda mais o poder de compra das famílias e, também, afeta negativamente a capacidade de arrecadar e de gastar do Estado. Nesse contexto, o processo de recuperação da economia brasileira torna-se mais difícil em virtude do declínio da capacidade de compra de consumidores, da retração dos investidores e da crise fiscal do governo em suas diferentes

Nos últimos meses os volumes de vendas do comércio varejista apresentam, em geral, quedas menos acentuadas

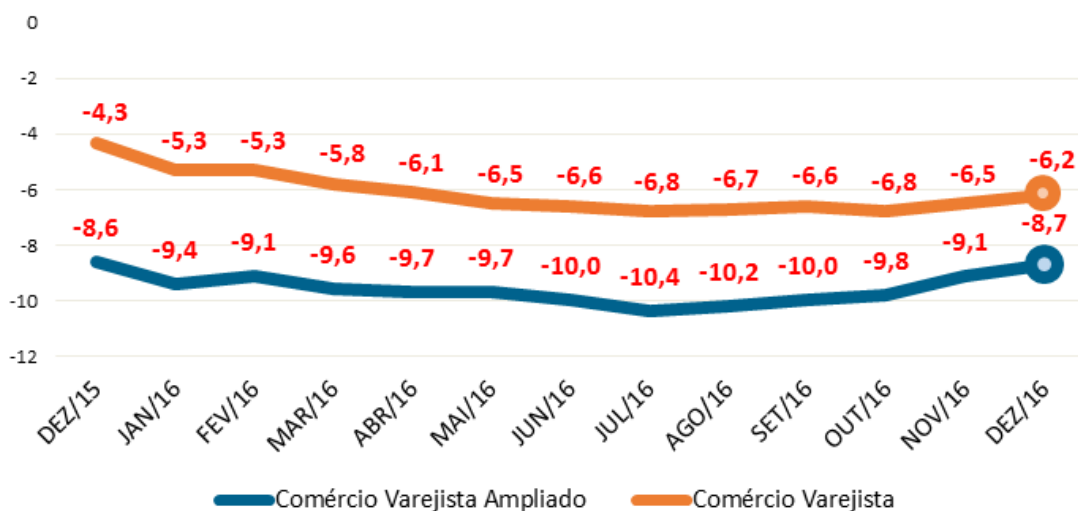
No Brasil o comércio varejista ampliado – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que

esferas. Dessa forma, a retomada satisfatória do volume de vendas, seja no comércio ou no segmento de serviços, só deverá ocorrer de forma sustentada na medida em que a produção de bens e serviços volte a crescer com regularidade. E, conforme já assinalado, esse é um movimento que só deverá ter lugar – se as expectativas se confirmarem – a partir do segundo semestre de 2017.

compõem o varejo propriamente dito – apresentou um declínio de 8,7% no acumulado de 12 meses (até dezembro) – ver **Gráfico 5**. Percebe-se que a trajetória de redução do volume de vendas sofre declínios menos acentuados nos últimos meses: -10,4% em julho; -10,2% em agosto; -10,0% em setembro; -9,8% em outubro; -9,1% em novembro; e -8,7% em dezembro.

Gráfico 5

Brasil: variação acumulada em 12 meses do volume de vendas do Varejo, em % - Dezembro/2015 a Dezembro/2016.



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

(*) O Varejo Ampliado inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo.

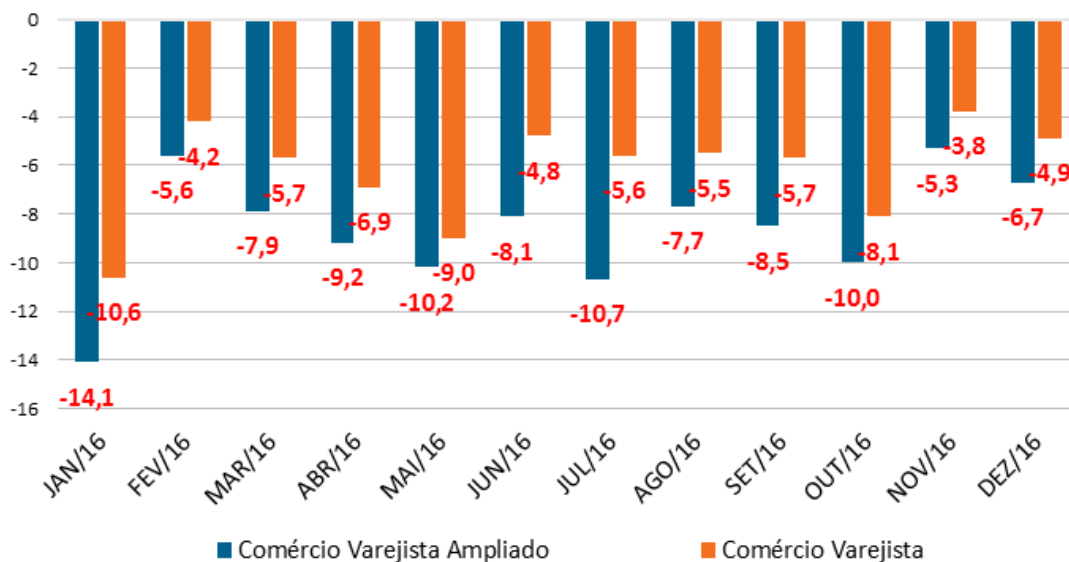
No que diz respeito à trajetória do volume de vendas no varejo restrito (acumulado em 12 meses) – também ilustrada no **Gráfico 5** – o movimento, embora não totalmente semelhante, é de decréscimo do ritmo de declínio nos três últimos meses de 2016: -6,8% em outubro; -6,5% em novembro; e -6,2% em dezembro. Observe-se que as variações negativas são menos intensas do que as observadas no comércio varejista ampliado, porém ainda muito expressivas.

Por outro lado, examinando-se o índice mensal do volume de vendas – cada valor mensal de um agregado sendo contraposto ao correspondente valor do mesmo mês do ano anterior – verifica-se que em todos os meses do ano de

2016 o desempenho é negativo (**Gráfico 6**), tanto no varejo ampliado quanto no varejo restrito. Contudo, em novembro a queda é a menos intensa do ano, tanto no varejo ampliado quanto no restrito, respectivamente, -4,5% e -3,5%. No mês de dezembro, as variações são maiores: respectivamente, -6,7% e -4,9%. De toda forma, mesmo com o resultado observado em dezembro, há expectativa de que as vendas mantenham, em 2017, trajetória de queda menos acentuada e com perspectiva de resultados positivos no segundo semestre, caso se confirmem previsões de uma discreta recuperação da economia neste ano.

Gráfico 6

Brasil: variação mensal do volume de vendas do Varejo, em % - Janeiro/2016 a Dezembro/2016 (base: mesmo mês no ano anterior).



Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio. Elaboração Ceplan Multi.

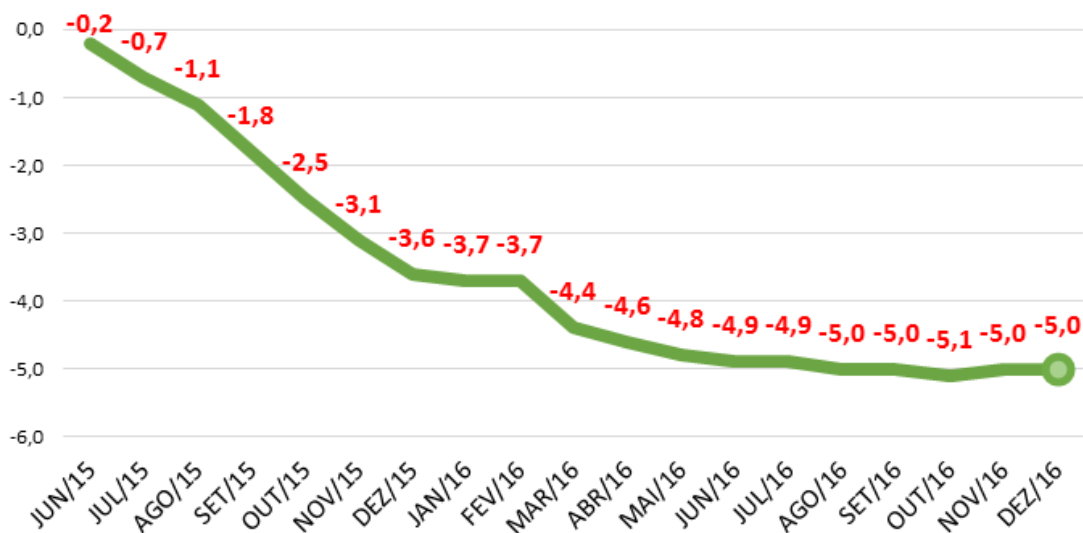
Volume de serviços em trajetória descendente, mas com ritmo estável no segundo semestre de 2016 (em torno de 5,0%)

Em tal contexto de crise da economia, o segmento de serviços também atua com forte decréscimo do volume de negócios. O volume de serviços declina progressivamente desde junho de 2015, quando acumulava (em 12 meses) uma contração de -0,2%. O **Gráfico 7** mostra a

redução progressiva que vem tendo lugar, atingindo em dezembro 2016 a marca de -5,0% – valor também observado no mês de novembro. Portanto, trata-se de 19 meses seguidos de persistente redução do volume de serviços, embora a partir de agosto de 2016 o ritmo de queda se estabilize em -5,0% – patamar mais expressivo da sequência.

Gráfico 7

Brasil: variação do volume de Serviços acumulado em 12 meses, em % - Junho/2015 a Dezembro/2016
(base: 12 meses imediatamente anteriores)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

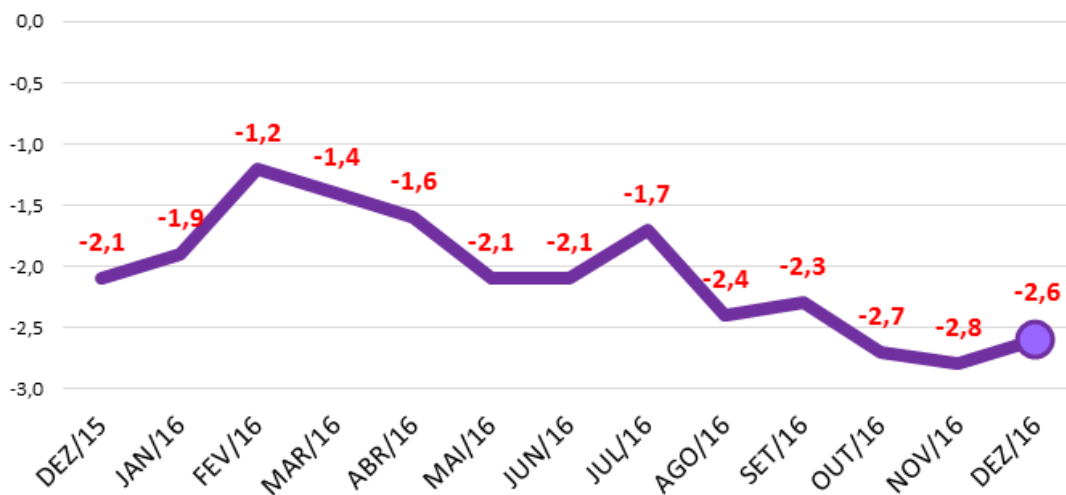
Atividades turísticas se mantêm em queda

Em relação ao segmento de serviços dedicados ao turismo (ver **Gráfico 8**), menciona-se que o conjunto de atividades que compõem esse segmento revela uma trajetória, em geral, crescentemente declinante, ao longo do ano de 2016, a partir do mês de fevereiro (base de comparação: doze meses imediatamente anteriores). Pode-se citar como exceções os meses de julho, setembro e dezembro, embora todos apresentem

variações negativas um pouco menores do que as observadas no mês imediatamente anterior. De qualquer forma, o ano se encerra apresentando retração de 2,6% no resultado acumulado do ano; trata-se de variação significativamente negativa, uma das maiores do período. Nem o afluxo de turistas para as Olimpíadas e Paralimpíadas no Rio de Janeiro em agosto e setembro deste ano foi capaz de influenciar positivamente, e de forma significativa, o desempenho do turismo no país.

Gráfico 8

Brasil: variação acumulada em 12 meses do volume de Atividades Turísticas, em % - dezembro/2015 a dezembro/2016 (base: 12 meses imediatamente anteriores).



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

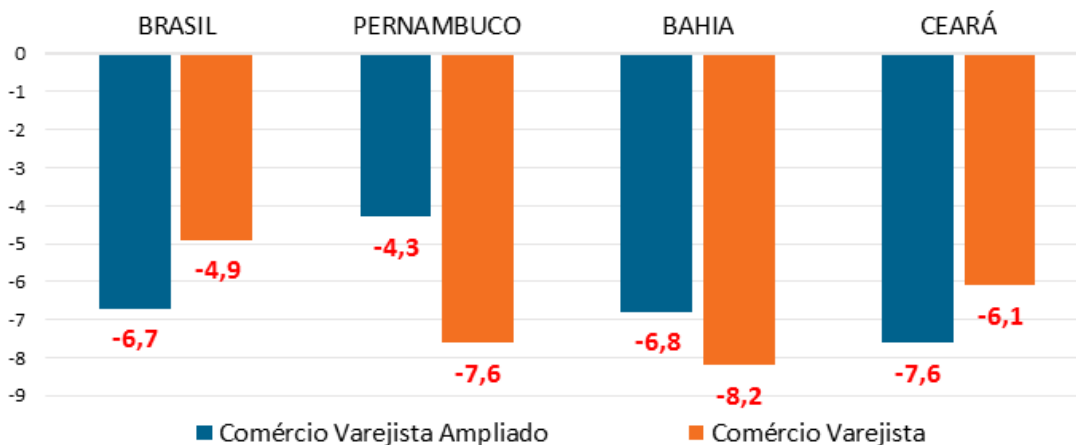
2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM DEZEMBRO 2016: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

Em dezembro de 2016, o desempenho do comércio varejista ampliado, quando comparado com dezembro de 2015, no país e nos três principais estados nordestinos (Pernambuco, Bahia e Ceará), pode ser visualizado no **Gráfico 9**. Percebe-se que a variação do volume de vendas em dezembro de 2016 é negativa em todos os territórios analisados, tendo-se por base o

mesmo mês de 2015: -4,3% em Pernambuco; -6,8% na Bahia; -7,6% no Ceará; e -6,7% no Brasil. Diferentemente do observado em boletins anteriores da Fecomércio-PE, em Pernambuco a redução é a menos profunda entre os territórios analisados, tanto em relação ao país como um todo, quanto no que diz respeito aos outros estados nordestinos considerados no estudo.

Gráfico 9

Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal do volume de vendas do Varejo, em % - Dezembro/2016 (base: Dezembro de 2015).



Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

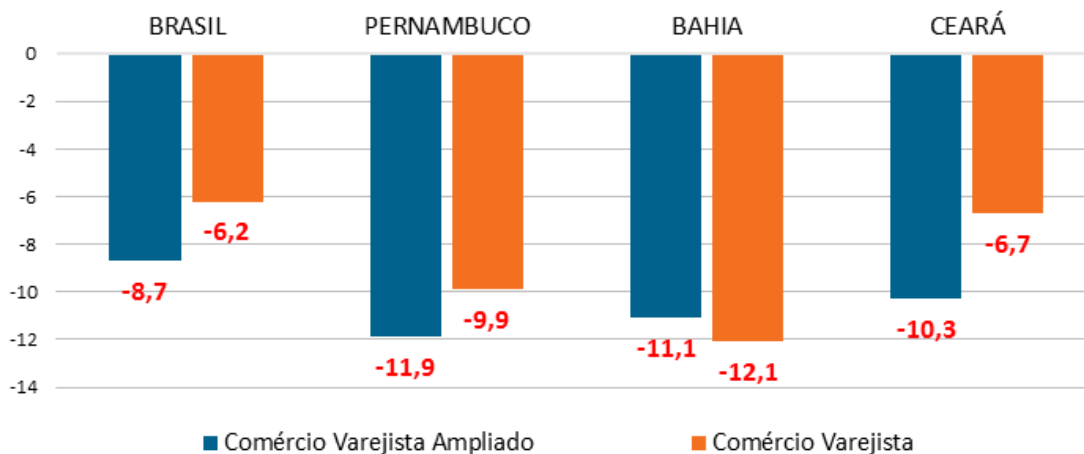
(*) O Varejo Ampliado inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo.

Esse quadro de redução do volume de vendas do comércio varejista ampliado, observado em dezembro, quando contraposto ao volume verificado no mesmo mês do ano anterior, repete-se no comércio varejista restrito (sem a incorporação dos segmentos de veículos e de construção). Como também ilustrado no **Gráfico 9**, verificam-se as seguintes variações: Pernambuco, -7,6%; Bahia, -8,2%; Ceará, -6,1%; e Brasil, -4,9%. Portanto, nesse caso, mantém-se a situação observada na maioria dos meses do ano. Ou seja, o desempenho do varejo nos três estados do Nordeste continua revelando variações negativas mais intensas do que a assinalada para o país como um todo.

Por fim, tanto no varejo restrito quanto no ampliado as variações negativas do volume das vendas em Pernambuco – resultado acumulado do ano (janeiro a dezembro) – são ainda bastante fortes, até mais intensas do que as mensais já assinaladas. De fato, conforme o **Gráfico 10**, verificam-se -9,9% no varejo restrito e -11,9 no ampliado. São reduções mais intensas do que as observadas no país como um todo: -6,2% no varejo restrito, e -8,7% no ampliado. Em termos de comparação regional Pernambuco tem desempenho menos ruim do que o estado da Bahia e pior do que o desempenho observado no Ceará. Todavia, todos os resultados são significativamente negativos.

Gráfico 10

Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo, em % - Janeiro-Dezembro/2016 (base: Janeiro-Dezembro/2015).



Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

(*) O Varejo Ampliado inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo.

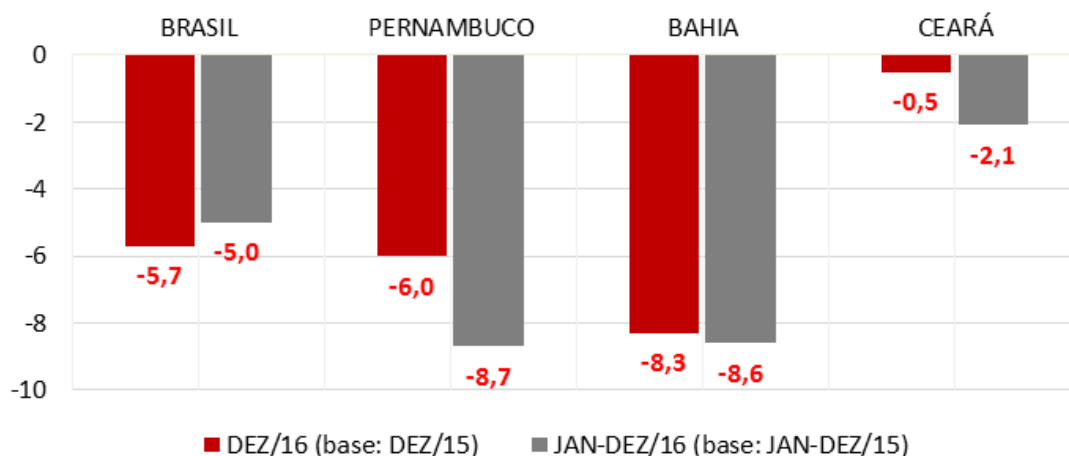
Em resumo, reitera-se que fragilidade econômica, juntamente com desemprego elevado, queda do poder de compra dos consumidores, redução da massa salarial, forte endividamento das famílias e níveis elevados de inadimplência constituem um conjunto de fatores que vêm provocando o declínio observado no comércio de Pernambuco, em outros grandes estados do Nordeste, e no Brasil como um todo.

Esses mesmos fatores também exercem influência negativa sobre o desempenho do setor de prestação de serviços, como se verifica no **Gráfico 11**. A esse respeito, observe-se que

o volume de serviços em Pernambuco cai, tanto em termos de comparação mensal quanto ao acumulado do ano: -6,0% no mês de dezembro de 2016, em relação ao mês de dezembro de 2015; e -8,7% no resultado acumulado do ano (janeiro a dezembro de 2016, em confronto com igual período de 2015). Na Bahia, as quedas são, respectivamente: -8,3% e -8,6%; no Ceará, -0,5% e -2,1%; e, no Brasil, -5,7% e -5,0%. Isto é, em todas as comparações realizadas são registradas reduções do volume de prestação de serviços, as variações negativas observadas em Pernambuco sendo mais fortes do que a média nacional e a do Ceará.

Gráfico 11

Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal (Dezembro/2016) e variação acumulada no ano (Janeiro-Dezembro/2016) do volume de Serviços, em % (base: mesmo período do ano anterior).



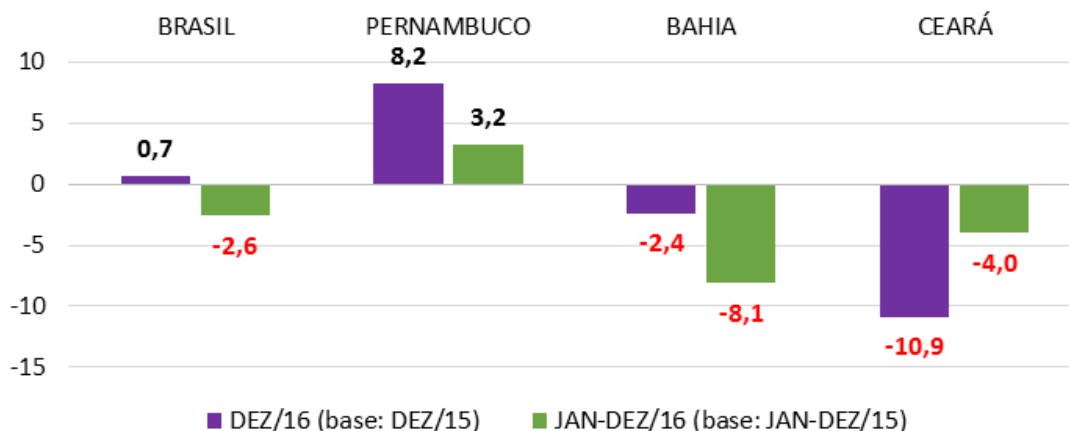
Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Ainda no âmbito do setor de serviços, acompanha-se o desempenho específico do segmento de turismo. A esse respeito, o **Gráfico 12** ilustra

tanto o indicador mensal do volume das atividades turísticas (dez2016/dez2015), quanto o concernente ao acumulado do ano.

Gráfico 12

Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal (Dezembro/2016) e variação acumulada no ano (Janeiro-Dezembro/2016) do volume de Atividades Turísticas, em % (base: mesmo período do ano anterior).



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nesse aspecto, o desempenho observado em Pernambuco é o melhor entre os territórios analisados, tanto no resultado mensal (+8,2%), quanto no resultado acumulado do ano (+3,2%). Nos demais territórios, os resultados acumulados são todos negativos: -2,6% no país; -8,1% na Bahia; e -4,0% no Ceará. Destaca-se que para a posição favorável protagonizada pelo turismo de Pernambuco concorre o poder de atração dos seus destinos praiheiros e marítimos, sobretudo no litoral Sul e no arquipélago de Fernando de

Noronha, cujos encantos naturais são destacados pela oferta dos serviços de agências de viagens, hotéis e receptivos e de infraestrutura presente na capital do estado, conforme aponta o índice de Competitividade do Turismo Nacional (Ministério do Turismo, 2015). Nesse sentido, vale salientar também um recente acréscimo no número de voos e destinos no aeroporto localizado em Recife, favorecendo o estado como centro de conexões e com o aumento da circulação de passageiros.

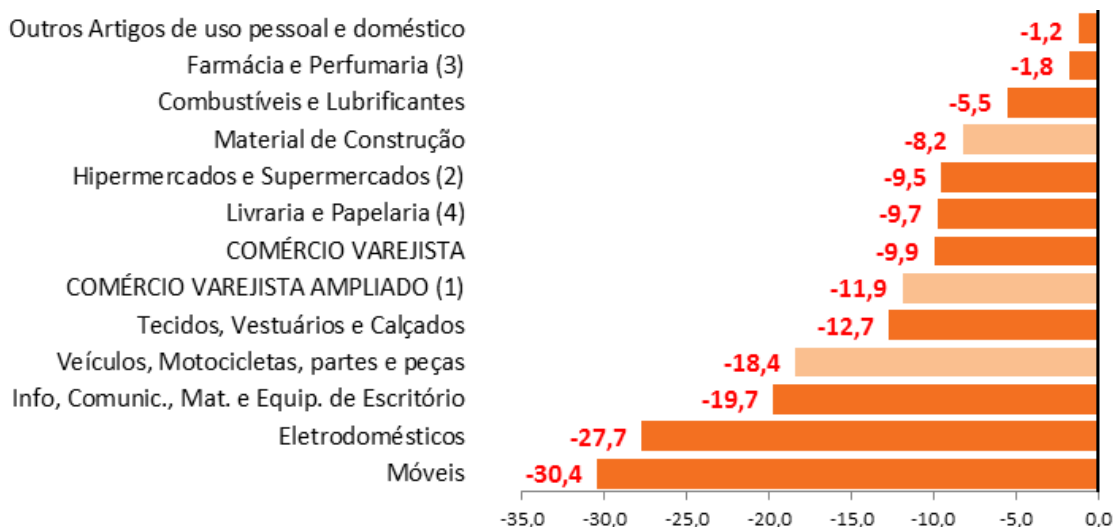
3. SEGMENTOS DO COMÉRCIO E DE SERVIÇOS EM PERNAMBUCO

Esta seção – em que se inclui o detalhamento da composição do comércio e dos serviços por grupos de atividade – apresenta indicadores associados à discriminação das atividades que compõem o comércio varejista na acepção tradicional: combustíveis e lubrificantes; hipermercados e supermercados; tecidos, vestuários e calçados; móveis; eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; livros, jornais, revistas e papelarias; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; outros

artigos de uso pessoal e doméstico. Quando a tal conjunto se acrescentam as atividades concernentes a veículos, motocicletas, partes e peças, além de material de construção, como mencionado, compõe-se o agregado comércio varejista ampliado. Assim, o **Gráfico 13** traz informações sobre o acumulado do volume de vendas, no ano de 2016, referente a cada um dos grupos de atividades dos segmentos do varejo e do varejo ampliado, comparativamente ao mesmo período de 2015.

Gráfico 13

Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Varejo, em % - Janeiro-Dezembro/2016 (base: Janeiro-Dezembro/2015)



Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

(1) Inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo; (2) Inclui produtos alimentícios, bebidas e fumo; (3) Trata-se de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumarias e cosméticos; (4) Corresponde a livros, jornais, revistas e papelaria.

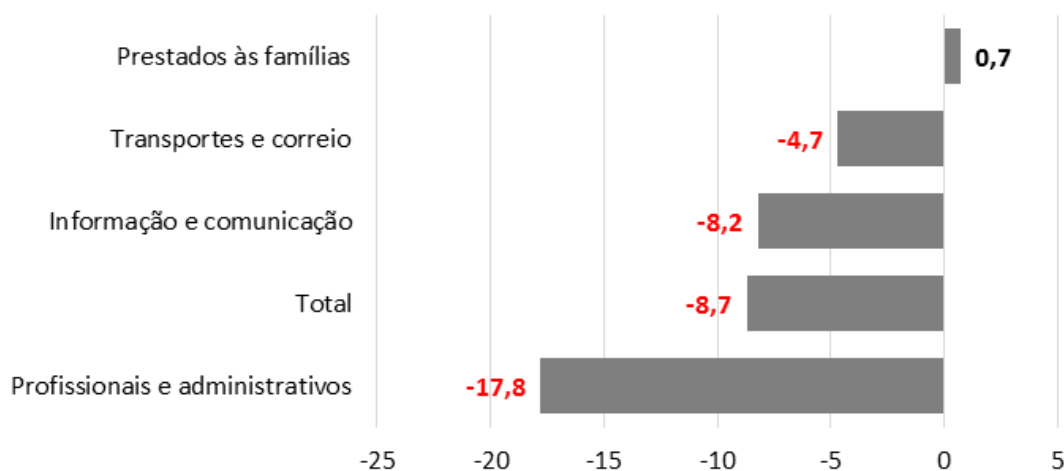
Todos os segmentos do comércio varejista apresentam variações negativas no resultado acumulado do ano de 2006 – ‘outros artigos de uso pessoal’ e ‘farmácias e perfumarias’ registram as menores quedas (-1,2% e -1,8%, respectivamente) e ‘móveis’ e ‘eletrodomésticos’ as maiores quedas (-27,7% e -30,4%). Para o primeiro caso (resultado menos desfavorável) identifica-se, como registrado em boletins anteriores, um importante fator explicativo: a essencialidade que sustenta a demanda por vários itens desses grupos, especialmente os concernentes à beleza e bem-estar e a medicamentos. Por outro lado, ocorre maior retração nos segmentos de móveis e eletrodomésticos – e também em outros segmentos do varejo em que preponderam bens que têm elevada elasticidade-renda

da demanda –, o que expressa o fato de que as vendas têm sido restringidas por retração da renda familiar, mesmo entre famílias com maior poder aquisitivo.

No que diz respeito ao segmento de prestação de serviços – ver **Gráfico 14** – a retração acumulada no ano das atividades que compõem esse setor é quase generalizada. Exceto ‘serviços prestados às famílias’ (com uma pequena variação positiva de 0,7%), os demais segmentos têm desempenho negativo: ‘transportes e correio’ (-4,7%); ‘informação e comunicação’ (-8,2%); e ‘serviços profissionais e administrativos’ (-17,8%). Estes últimos, vinculados a atividades produtivas de outros setores, continuam apresentando acentuado declínio.

Gráfico 14

Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços, segundo as Atividades, em % - Janeiro-Dezembro/2016 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

Neste início de 2017, a economia brasileira continua amargando a recessão que vem se arrastando há quase 3 anos. Todavia, do ponto de vista econômico, inicia-se 2017 bem melhor do que 2016, não somente com relação à observação da situação atual, mas também com relação à formação de expectativas que são melhores para os próximos seis meses do que foram um ano atrás. Por sua vez, os descaminhos da política mantêm-se como fator de risco, não se podendo garantir que a trajetória econômica esteja definitivamente livre de maiores percalços, considerando as consequências das ações de combate à corrupção e a possibilidade de crise institucional.

Inflação convergindo para a meta, juros em trajetória claramente declinante, algumas mudanças no ambiente microeconômico e perspectiva das reformas previdenciária, trabalhista e tributária são fatores positivos para restaurar a confiança necessária à retomada de investimentos. Mas o longo caminho a percorrer permanece sujeito a percalços no ambiente político que podem se refletir no Congresso Nacional

e na governabilidade. E a Operação Lava Jato junto com outras ações de combate à corrupção – que, espera-se, venham a ser um marco de importantes mudanças éticas no país – ainda podem gerar significativos embaraços à continuidade e sucesso da política de ajuste fiscal e ao avanço das reformas.

O panorama estritamente econômico é relativamente alentador: trajetória declinante da inflação abrindo espaço para que o Banco Central reduza, agora com mais intensidade, a taxa de juros básica da economia; tal política de redução dos juros básicos melhora as expectativas dos agentes econômicos, empresários, consumidores e do próprio governo e reduz o impacto fiscal dos juros sobre a dívida interna que tem sido ponderável.

Todavia, os graves problemas fiscais ao nível dos estados e municípios deverão cobrar reformas e ajustes para definitiva superação. A crise fiscal do Governo Federal e a fragilidade fiscal de governos estaduais e municipais ainda exigirão medidas duras que demandarão tempo

e imporão custos para que o ambiente econômico não apresente novos retrocessos.

Nesse contexto, incertezas políticas, persistência de elevado desemprego – agora se aproximando da formação de um contingente de 13 milhões de pessoas sem ocupação –, redução da massa salarial, endividamento das famílias e níveis elevados de inadimplência ainda constituem fatores que explicam o declínio observado no varejo e no setor de serviços em Pernambuco, em outros estados do Nordeste e no Brasil como um todo.

Em síntese, a permanência de fatores políticos e econômicos que afetam diretamente e de forma negativa o desempenho de segmentos como comércio varejista e prestação de serviços ainda faz parte do panorama. A diferença é que 2017 poderá trazer novos elementos que contribuam para reversão da crise econômica. Alguns fatores favoráveis já foram mencionados, no campo dos preços e da taxa básica de juros. Se o país lograr avançar em ajustes institucionais

e reformas, que aliviem a questão fiscal, pode-se transitar para um ambiente econômico mais favorável a mudanças de expectativas que atraíam capitais para projetos de infraestrutura, uma alternativa que – uma vez viabilizada – teria impacto imediato na redução do desemprego. Pode ser que, com a combinação de arte e negociação no campo político e de técnica no campo macroeconômico, o que permitiria uma bem-sucedida atração de investimentos e de crescimento do consumo, a travessia de 2017 – que tem sido melhor do que a de 2016 – leve o país à porta de saída da crise em que se encontra. Nesse contexto, vislumbra-se – para 2017 – um crescimento entre 0,5% a 1,0%, variação pequena, mas que iniciaria a recuperação das perdas acumuladas de quase 8,0% no PIB durante o biênio 2015-2016 e do PIB per capita da ordem de -9,1%. Seria o advento de um ainda modesto ponto de inflexão da curva recessiva; mas, sem dúvida, uma alentadora mudança de trajetória, depois da forte retração econômica dos últimos dois anos.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais Trimestrais**. 4º Trimestre 2016.

Pesquisa Mensal do Comércio.
Dezembro/2016.

Pesquisa Mensal dos Serviços.
Dezembro/2016.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Janeiro/2017.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Janeiro/2017.

EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque
Diretora-executiva do Instituto
Fecomércio: Brenna Castelo Branco
Economista: Rafael Ramos
Designer: Nilo Monteiro
Revisão de Texto: Iaranda Barbosa
Revisões Textuais

EXPEDIENTE - CEPLAN-PE

Jorge Jatobá
Tania Bacelar
Osmil Galindo
Roberto Alves
Ademilson Saraiva

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)
Fax.: (81) 3222-9498 / 3231-2312

Anexo: Av. Visconde de Suassuna, 114, Boa Vista
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-540
Fax: (81) 3423-3024

